



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EVERSON MUNIZ GUIMARÃES

# **VENEZUELA E PETRÓLEO: OS CAMINHOS E CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Sob orientação do Prof. FERNANDO HENRIQUE LEMOS RODRIGUES

TRÊS RIOS – RJ  
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO TRÊS RIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EVERSON MUNIZ GUIMARÃES**

# **VENEZUELA E PETRÓLEO: OS CAMINHOS E CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Sob orientação do Prof. FERNANDO HENRIQUE LEMOS RODRIGUES

**TRÊS RIOS – RJ  
2015**

# **VENEZUELA E PETRÓLEO:**

## **OS CAMINHOS E CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Comissão Examinadora

Prof. Ms. Fernando Henrique Lemos Rodrigues - ITR/UFRRJ  
(Presidente da Banca) Orientador

Prof. Dr. João Paulo de Toledo Camargo Hadler – ITR/UFRRJ

Prof. Ms. Leandro Gomes da Silva – ITR/UFRRJ

Monografia apresentada em 20 de julho de 2015

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por me dar forças para superar os obstáculos ao longo deste caminho.

À minha família por me dar o suporte e confiança necessários para a realização deste objetivo, em especial, a minha esposa Alessandra que muito contribuiu com seu apoio, compreensão e carinho.

Aos colegas de curso, pela cumplicidade e carinho demonstrados durante estes anos de trabalho árduo.

Ao professor orientador, Fernando Henrique, pela paciência, disponibilidade e companheirismo, durante a execução deste projeto.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas, em especial o professor José Paulo Guedes Pinto, pela disponibilidade, amizade e por todos os ensinamentos adquiridos neste percurso.

*“Na luta do bem contra o mal, é sempre o  
povo que morre.”*  
Eduardo Galeano

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi proposto para elaborar uma análise da economia venezuelana, com foco nos dois últimos modelos econômicos adotados pelo país, o neoliberalismo de Pérez e Caldera e o socialismo bolivariano de Hugo Chávez, além da relação de dependência que a Venezuela mantém com o seu principal produto: o petróleo.

**Palavras-chave:** Venezuela, Petróleo, Neoliberalismo, Socialismo Bolivariano

## ABSTRACT

This Work Course Conclusion (TCC) has been proposed to develop a Venezuelan economy analysis, focusing on the last two economic models adopted by the country, neoliberalism Perez and Caldera and Bolivarian socialism of Hugo Chavez, as well as dependent relationship that Venezuela maintains with its flagship product: oil.

**Keywords:** Venezuela, Oil, Neoliberalism, Socialism Bolivarian.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
 <b>Capítulo 1: PETRÓLEO – O INÍCIO DA DEPENDÊNCIA VENEZUELANA ....</b>	<b>3</b>
 <b>1.1: A ECONOMIA VENEZUELANA A PARTIR DOS ANOS 80 ATÉ A ENTRADA DE CHAVEZ NO PODER.....</b>	<b>5</b>
  <b>Capítulo 2: CHÁVEZ – O INÍCIO DO MITO .....</b>	<b>19</b>
 <b>2.1 CHÁVEZ NO PODER: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LÍDER VENEZUELANO .....</b>	<b>21</b>
 <b>2.2. CHÁVEZ, ECONOMIA E A ETERNA DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO .....</b>	<b>32</b>
  <b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
  <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>44</b>



# INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a história política venezuelana é das mais conturbadas deste continente.

Golpes de estado, deposições presidências, líderes autoritários e manifestações populares violentas são capítulos frequentes da biografia deste país.

O objetivo do presente trabalho é apresentar um lado deste país, ainda não tão conhecido pelos brasileiros. O foco será o aspecto econômico e o personagem principal será o petróleo, produto mais que fundamental para o desenvolvimento venezuelano.

Esta monografia pretende esmiuçar a história desta dependência da indústria petroleira, mas com enfoque especial na análise de dois períodos bem distintos e específicos da economia venezuelana, o neoliberalismo de Pérez e Caldera e a revolução socialista bolivariana do polêmico Hugo Chávez.

Contrariando a expectativa de muitos, no caso da Venezuela, o socialismo chavista, de certa forma, “venceu” a política capitalista neoliberal de seus antecessores, principalmente através do carisma e da força de seu controverso líder.

O primeiro capítulo vai fazer um leve passeio pela história mais recente da economia venezuelana – de seu início agro produtor até a situação de dependência do petróleo – mas, como mencionado, com destaque para os governos (não tão satisfatórios) de Pérez e Caldera.

O segundo capítulo é uma narrativa da história política e Hugo Chávez – como o mesmo alcançou e se manteve no poder, as polêmicas em que se envolveu e os percalços pelos quais passou em seus 14 anos de governos – com destaque para o fator econômico e a dependência do petróleo.

As reformas políticas, programas sociais e popularidade de Chávez (principalmente entre a população mais pobre) também são temas que não poderiam deixar de fazer parte desta análise.

# **CAPÍTULO 1**

## Capítulo 1: PETRÓLEO - O INÍCIO DA DEPENDÊNCIA VENEZUELANA

A Venezuela sobreviveu até a década de 1920 da agricultura de subsistência e tendo como principais produtos de exportação o café e cacau.

A partir deste período, o país iniciou seu projeto de desenvolvimento com a extração e exportação do petróleo, atingindo em curto prazo um percentual de exportação superior aos dos seus antigos produtos principais.

Ao tornar-se um grande exportador de petróleo a Venezuela teve a necessidade de importar produtos, serviços e o restante de suas necessidades de outros países.

A expansão do setor petrolífero levou os trabalhadores do campo a buscarem sua sobrevivência fora do campo, procurando na zona urbana trabalhos ligados à extração de petróleo. Fato que contribuiu para a dependência da Venezuela em relação a outros países.

Em 1948, 95% de sua exportação advinha da extração do petróleo, período em que o setor petrolífero era controlado por indústrias estrangeiras. (Livro Economia Venezuelana (1899-2008) – pág 31)

Devido o grande volume de exportação de petróleo o país tornou-se dependente deste setor, se desenvolvendo apenas quando o produto estava em elevação ou estável no mercado e entrando em crise quando o seu preço estava em queda.

Em 1958, criou-se o Pacto Punto Fijo, sendo este, um acordo entre os partidos políticos venezuelanos Acción Democrática (AD), Comitê de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) e Unión Republicana Democrática (URD), com o objetivo de conseguir a sustentabilidade da recém-instaurada democracia.

O pacto Punto Fijo prevaleceu durante 40 anos (1958-1998) na Venezuela e obteve elevados rendimentos devido à alta dos preços do petróleo até o final da década de 1970, período em que o setor petrolífero era controlado por indústrias estrangeiras.

Apenas em 1975 a Venezuela nacionalizou seu petróleo criando a indústria petroleira, *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), pelo decreto lei de 30/08/1975, a partir da renda advinda da exportação estrangeira do petróleo. A partir deste momento o país conseguiu nacionalizar a indústria, podendo

extrair, refinar, comercializar e transportar o petróleo, o que facilitou o processo de crescimento econômico do país. Esta nacionalização gerou o aumento da oferta monetária, em função da alta do petróleo, que garantiu a bonança petroleira.

Foi assim até o final da década de setenta quando, com a baixa dos preços do petróleo, a renda a ser dividida caiu, de maneira mais ou menos constante até o fim dos anos noventa. Setores mais próximos do governo e principalmente da *Petróleos de Venezuela* (PDVSA) tiveram perdas menores, mas a maior parte da população perdeu muito, abrindo espaço para surpresas eleitorais.

Essa ruptura peculiar não passava pelo alarde que seria a venda da PDVSA para uma transnacional petroleira, mas pelo retorno de investimento privado à atividade petroleira e, também, pela desregulamentação do setor, que acarretava inclusive na diminuição dos tributos e royalties repassados ao governo.

As principais crises econômicas na Venezuela ocorreram a partir de 1980, com a queda do preço do petróleo, e se estenderam até o final da década de 1990, o que impediu a tentativa de desenvolvimento do país e gerou uma dívida externa para financiar a saída de capitais provocada pelo setor privado.

Depois de sofrerem com as grandes perdas decorrentes da queda do preço do petróleo, no âmbito econômico e social, em 1998 a população manifestou-se politicamente, deixando de apoiar o partido político vinculado à tradição neoliberal para apoiarem o Tenente Coronel Hugo Chávez Frias, do partido Nacional-Progressista, de esquerda.

### **1.1. A ECONOMIA VENEZUELANA A PARTIR DOS ANOS 80 ATÉ A ENTRADA DE CHAVEZ NO PODER**

Do início da extração e exportação do petróleo até década de 1970 o preço do produto era satisfatório, mantendo o crescimento da receita do país e colocando a Venezuela como um dos países destaque da América Latina em relação sua renda *per capita*.

Os dois choques da década de 70 e o fato de a Venezuela ser membro

fundador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) levaram o país a quadruplicar seus lucros com a venda do petróleo.

Essa elevação nos lucros deveria contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país, o que não foi possível, devido às políticas adversas ao crescimento, adotadas pelo Presidente Rafael Caldera – que levou a Venezuela a grandes dificuldades econômicas até a próxima década, quando uma nova figura política entraria em cena.

A atitude do Governo de Rafael Caldera provocou a desaceleração do crescimento econômico, pelo fato de o país não absorver a renda petrolífera e pela adoção de políticas econômicas ineficientes que provocaram a privatização da renda.

Neste momento, os EUA reduziram as importações do país, contribuindo com o desequilíbrio econômico e alta inflação agravado pela queda da renda petrolífera.

Entre 1920 e 1960, a Venezuela obteve vários efeitos positivos através da renda do petróleo. Construções de obras, prestações de serviços públicos, avanços de indicadores sociais e o desenvolvimento industrial, fatores que não impediram que a sobrevalorização estrutural da moeda, a partir do final dos anos 1970, se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento de um setor exportador não petroleiro, o que aumentou a dependência do país em relação a um único produto e fragilizou a economia nacional.

O resultado político disso foi que o petróleo se transformou praticamente na única fonte de receita do Estado, o que dificultou a possibilidade de planejamento estatal e contribuiu para o aprofundamento da lógica rentística.

Na década de 70 ocorreram dois choques do petróleo que contribuíram, na década seguinte, para a crise da dívida de 1983 que se originou do excesso de oferta do petróleo, provocando uma redução do preço mundial do produto, e pelo fato de o governo não ter tomado atitudes suficientes para garantir a alta dos preços. Com isso, o poder de mercado da OPEP – que tinha por objetivo controlar sua produção de petróleo e obter uma independência de seus países, frente às grandes potências, adquirindo, assim, total domínio sobre a produção e comercialização de seus produtos – ficou limitado.

Assim que eleito, o presidente Jaime Lusinchi (1983 – 1988), líder da

Ação Democrática, lançou um programa de austeridade econômica, implementando uma política neoliberal como tentativa de mudança no modelo desenvolvimentista, mas que mantinha o modelo rentista, deixando a Venezuela vulnerável às variações dos preços internacionais do petróleo.

No modelo rentista da Venezuela, o desenvolvimento do país depende exclusivamente do preço internacional do petróleo, já que sua riqueza advém da exportação deste produto.

De acordo com Hitner (2011, p.59 e 60), chamamos de rentista a economia de países onde ocorre a produção centralizada da exportação de um único produto. Em sistemas econômicos desta natureza a riqueza não tem relação com o trabalho e o aumento da renda não tem a ver com o aumento da produtividade e o crescimento do consumo não tem relação com o crescimento da produção interna.

Hitner ainda complementa dizendo que o rentismo gera uma elevação na dependência em relação ao produto exportado, aumento da desigualdade estrutural da sociedade e aumento da dependência em relação ao Estado. Por isso, a organização do Estado e da política venezuelana devem ser entendidos como reflexo deste sistema econômico. (2011, p.59 e 60),

Em 1980, a queda dos preços do petróleo levou o país a uma crise que teve como consequência a estagnação do desenvolvimento da Venezuela e de outros países da América Latina.

No decorrer da década de 1980, os programas iniciais de reestruturação econômica impostos pelo FMI não priorizavam a privatização, mas antes destacavam a necessidade da busca da estabilidade macroeconômica. Mas, os desequilíbrios macroeconômicos se agravaram, diminuiu-se a produção nacional e aumentaram os atrasos dos pagamentos das dívidas externas. De modo geral, a resposta regional à crise baseou-se no controle recessivo e administrativo das importações e na promoção das exportações por meio de políticas cambiais. Tais políticas levaram, por um lado, a um forte crescimento das exportações, mas por outro, teve como consequências a estagnação econômica e forte expansão inflacionária. O ajuste externo interrompeu, na maior parte dos países da região, a estratégia desenvolvimentista de industrialização. (HITNER, 2011, p.55).

Os países da América Latina encontraram a saída para seus problemas com a crise junto ao mercado americano, onde conseguiram divisas por obterem riqueza de petróleo em seus territórios. Este fato contribuiu para o

baixo crescimento do setor petrolífero e elevação da inflação, pois o objetivo deste endividamento era amenizar a dívida e não elevar a quantidade de importações, como pode-se verificar na tabela 1:

**TABELA 1: Taxa de inflação preço ao consumidor da América Latina  
(média no período da taxa anual de inflação -%)**

Países	1950-1980	1981-1985
Chile	77	22
Argentina	63	382
Uruguai	42	46
Bolívia	34	2692
Brasil	33	154
Paraguai	19	16
Peru	16	106
Colômbia	14	22
México	9	62
Equador	6	28
Venezuela	4	11

**FONTE: HITNER (2011, p.56) Apud FMI, Internacional Financial Statistics**

Se verifica na tabela acima que alguns países da América Latina sofreram com a inflação imediata, já a Venezuela, por sustentar ótimos índices no decorrer da década de 1960, conseguiu se manter por um período sem ser afetada pela inflação. Na década de 1980, o país não conseguiu manter estes índices satisfatórios entrando em crise.

A partir da Tabela 1, pode-se observar que os países que mais sofreram com a inflação foram aqueles nos quais a presença do Estado no final da década de 1970 era menor, como Argentina, Bolívia e Peru. Percebe-se também que, nesse momento, a inflação não era um problema relevante para a Venezuela que desde 1958 tinha os menores índices da região. Os países onde o modelo de desenvolvimento com presença do Estado se esgotou de maneira precoce em relação ao demais sofreram mais com a crise e precisaram, no imediato pós-crise de 1982, aumentar a presença do Estado mesmo com o processo de desregulamentação da economia em curso. (HITNER, 2011, p.56)

A Venezuela é um país rico em petróleo, o que possibilitou e facilitou o crédito e estimulou os empréstimos público e privado, levando o país ao crescimento por meio do endividamento externo.

Diante disto, o país iniciou uma batalha para superar a crise da dívida, tendo que restringir seus gastos gerando elevados índices de desigualdade e



pobreza em toda a região.

A situação em que a Venezuela se encontrava não era satisfatória nesse momento de dívida. Mas, a situação agravou-se ainda mais quando o México decretou moratória sobre os pagamentos dos serviços de sua dívida externa, levando os credores a inibirem financiamentos para a Venezuela e outros países da América Latina, provocando uma elevação do déficit do balanço de pagamentos.

A partir da tabela 2 pode-se observar a evolução da dívida externa na América Latina. Mas, vale ressaltar, que a Venezuela foi o único país da América Latina que conseguiu manter sua dívida externa estável no período de 1982 – 1986, conforme a tabela abaixo:

**TABELA 2 – Evolução da dívida externa total desembolsada na América Latina, 1982/1986**

Países	1982	1983	1984	1985	1986
Argentina	43,6	45,1	46,9	48,3	50,3
Brasil	91,0	95,5	102,0	101,9	101,8
Chile	17,3	18,1	19,7	20,5	20,8
México	87,6	93,8	98,6	97,5	101,4
Venezuela	33,4	35,1	33,2	34,4	32,4

**FONTE: SOUZA (2008, p.95) *apud* Cifras oficiais de cada país, Cepal, *apud* Stella, 1988, p.397.**

O governo decidiu que divisas manipuladas pela PDVSA seriam centralizadas no Banco Central da Venezuela. Com a crise mexicana ocorreu a intensificação a fuga de capitais e a redução dos investimentos. Então, iniciou-se um período de controle de câmbio para evitar maiores desvalorização da moeda nacional (Hardy, 2003, p.633). As causas desses desequilíbrios se devem aos seguintes fatores: a) clima de incerteza decorrente das políticas cambiais do governo; b) substancial aumento dos juros externos, que intensificou a fuga de capitais; c) repressão financeira (juros internos de 12% ao ano, enquanto nos EUA eles chegavam a mais de 20% ao ano); d) temor da implantação de controle de câmbio; e e) confusão dos agentes resultante de posições divergentes entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central de Venezuela (Hardy, 2003, p. 627). (SOUZA, 2008, p. 93-94)

Segundo Souza (2008, p.95), a principal origem da dívida está relacionada às políticas financeiras que levaram o setor privado a buscar no exterior recurso para seus investimentos, estes setores não concentraram os recursos completamente no setor produtivo, aplicando uma parte deles em empresas não petrolíferas.

A instabilidade econômica encontrava-se acentuada na Venezuela, devido a dificuldade de acesso ao financiamento externo. Com o país tendo que saldar o serviço da dívida e o preço do petróleo cadente, as reservas internacionais estavam em queda e sua moeda foi desvalorizada.

A desvalorização da moeda foi uma política que ajudou a cobrir o déficit fiscal e a aumentar a oferta de monetária na economia. Seguindo esta política o governo conseguiu a elevação do PIB em termos reais a partir de 1984, conforme é demonstrado na tabela 3 que segue abaixo:

**TABELA 3 – Produto Interno Bruto da Venezuela, a preços de mercado, 1984/1988**

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB per capita (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB per capita
1984	407.291	24.647	-3,7	-6,2
1985	412.810	24.368	1,4	-1,1
1986	439.005	25.289	6,3	3,8
1987	458.990	25.802	4,6	2,0
1988	487.139	26.729	6,1	3,6

**FONTE: SOUZA (2008, P.97) *apud* Baptista, Asdrúbal. Bases cuantitativas de La economía venezolana: 1830-2002, *apud* Baptisata, 2005, p. 78-80**

Com a redução das reservas internacionais, a situação da Venezuela agravou-se, e o país ficou exposto à vulnerabilidade externa ao mesmo tempo em que ficava cada vez mais dependente do setor petrolífero. Neste cenário, sua única saída foi buscar ajuda junto às reservas internacionais.

A situação econômica da Venezuela voltou a se deteriorar no final de 1988. O sistema de preços era artificial, o câmbio múltiplo mostrava-se ineficiente, o déficit orçamentário chegava a 9,4% do PIB, a taxa de juros real estava negativa e o desemprego industrial em contínua elevação. Com a pobreza crescente da maioria da população, a situação estava insustentável. As reservas internacionais haviam caído de US\$ 11,7 bilhões em 1986 para apenas US\$ 7 bilhões apenas em 1988 (Michelena, 2002, p. 90). Com a substancial redução das reservas internacionais, a situação tornou-se preocupante, pois aumentou a vulnerabilidade externa da economia, ficando a Venezuela cada vez mais dependente das exportações de petróleo. Cabe ressaltar que o único recurso certo que o país tinha para enfrentar situações adversas do mercado petrolífero eram as reservas internacionais. Em resumo, os desequilíbrios macroeconômicos desse período decorreram dos seguintes fatores: a) da extrema dependência do país às exportações petrolíferas; b) de erros cometidos nas negociações da dívida externa; c) de erros cometidos

na condução da política econômica, que levaram ao déficit fiscal, à existência e taxas de juros negativas e à fuga de capitais; d) da constante desvalorização da moeda. (SOUZA, 2008, P.97)

Jaime Lusinchi encerrou seu mandato deixando o país numa situação econômica crítica.

Neste período, o preço do petróleo encontrava-se em queda e o endividamento externo em alta. Além disso, os salários estavam deteriorados e a inflação estava elevada, todos estes fatores contribuíam para o alto índice de pobreza no país.

Em 1989, Carlos Andrés Pérez<sup>1</sup> retornou ao governo com novas estratégias de desenvolvimento econômico visando a abertura da economia e a reestruturação do Estado. Nesta conjuntura, a situação do atual modelo Punto Fijo encontrava-se em crise e com muitas dificuldades de superação, assim, o novo governo apresentou ao Congresso Nacional o VIII *Plan de la Nación*, muito conhecido como a *Gran Viraje*.

Este plano tinha propostas de mudança no âmbito econômico, social e político, visava a independência do setor petrolífero e o fim da economia rentista. Buscando uma melhora nas dificuldades provocadas pelo sistema puntofijista, como a grande desigualdade social no país, e a recuperação da legitimidade que o sistema enfrentava desde 1958.

Este Plano buscava soluções imediatas e graduais para a situação do país, entre elas podemos citar: a liberação do controle do câmbio, da maioria dos preços de bens e serviços; a redução das barreiras alfandegárias; a diminuição do controle administrativo; uma maior abertura ao capital estrangeiro e a diminuição da presença do Estado na economia. Se caracterizando como um plano típico de orientação neoliberal.

O programa continha, em sua formulação original medidas de aplicação imediata e outras de aplicação gradual, mas em prazos relativamente curtos, pensadas tanto como medidas de estabilização macroeconômica como um programa de ajuste estrutural. Como parte importante da crítica em relação ao modelo anterior, o Gran Viraje propunha uma nova forma de relacionamento entre Estado e setor privado, assim como uma nova definição do papel e tamanho do Estado e do setor público e do setor privado nacional e estrangeiro.

---

<sup>1</sup> O presidente Carlos Andrés Pérez foi eleito nas eleições de dezembro de 1973. Em seu mandato desempenhou importante papel na vida econômica do país com as relações com os EUA, ele redobrou os esforços governamentais para dotar o país de uma infraestrutura, nacionalizou a indústria de minério de ferro em 1975 e de petróleo, no ano seguinte.

Sobre a nova estratégia de desenvolvimento, argumenta o plano: *“La gestión del Estado concentrará sus esfuerzos y sus recursos en lograr el propósito fundamental de una mejor distribución del ingreso. Sin embargo, la verdadera base de una política redistributiva se logrará con niveles de empleo crecientes, creando condiciones materiales y culturales que proporcionen el crecimiento a través de políticas económicas que protejan los equilibrios básicos y produzcan los cambios estructurales en el funcionamiento del aparato productivo”* (VENEZUELA, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 5, grifo da autora) Ou seja, a estratégia de desenvolvimento mudou radicalmente ao deixar de considerar a questão social como uma função prioritária do Estado, transformando-a em consequência dos bons resultados das políticas econômicas e da mudança estrutural no funcionamento do setor produtivo. (HITNER, 2011, p. 90-91)

Em 1990, após as alterações na estrutura econômica do país, o governo de Carlos André Perez conseguiu iniciar uma nova era na Venezuela. As mudanças começaram a surtir efeitos positivos, apontando um crescimento do PIB, apesar das reduções dos preços do petróleo.

A partir da Tabela 4 podemos verificar o crescimento do PIB no período de 1989-1992:

**TABELA 4 – Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1989 / 1993.**

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB per capita (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB per capita
1989	450.765	24.154	- 7,5	- 9,6
1990	479.755	25.116	6,4	4,0
1991	526.712	26.940	9,8	7,3
1992	559.927	27.991	6,3	3,9
1993	558.202	27.293	- 0,3	-2,5

**FONTE: SOUZA (2008, P. 100) *apud* Baptista, Asdrúbal. Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830 – 2002, *apud* Baptista, 2005, p.78 – 80.**

O governo de Perez conseguiu altas taxas de crescimento econômico até o final de 1992, com PIB per capita com crescimento 3,9%, conforme a tabela 4. Mas, estas taxas positivas não foram capazes de impedir, ao final deste período em 1993 que o país apresentava uma regressão em outros indicadores macroeconômicos como inflação, redução das reservas internacionais, desemprego, dentre outros.

Assim, apesar do crescimento verificado, a situação existente tornou-se

muito desfavorável, uma vez que a estabilização econômica tornou-se mais difícil, por causa da gravidade dos desequilíbrios acentuados.

Outro fator que o programa não conseguiu superar foi a dependência da economia em relação ao setor petrolífero.

No período do Gran Viraje, a economia venezuelana marchou em direção contrária à prevista pelo plano. Politicamente, o governo de Andrés Pérez adotou uma postura para defesa do programa de ajuste neoliberal e do Fundo Monetário Internacional que argumentava que essa não era uma estratégia, mas a única possível. A idéia defendida pelo governo de que o caminho das políticas neoliberais era o único possível prejudicou gravemente a fé na democracia. (HITNER, 2011, p. 95-96)

Como as estratégias propostas pelo governo de Perez não foram alcançadas, parte da população começou a desacreditar da democracia e, em fevereiro de 1992, após a aprovação da Lei de Privatizações, um grupo de militares de baixa-patente, liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez, tentou derrubar o governo de Carlos André Perez com um golpe militar não obtendo um resultado satisfatório.

Em novembro do mesmo ano, o vice-almirante Hernán Gruber liderou outra tentativa de golpe ao governo, pois Chávez havia sido preso juntamente com seus colaboradores. Tentativas que, inicialmente, não tiveram o apoio popular.

Segundo Hitner (2001, p.97) a partir destas manifestações, a população começou a ter consciência que a crise política ameaçava a democracia, instituída desde 1958. Sendo assim, um número maior de pessoas começou a lutar pelo fim deste governo para uma nova tentativa de superação a crise.

Sobre as consequências desse período de crise de Punto Fijo e de crítica ao modelo neoliberal, argumenta REY (2009, p. 231): De todo modo, a tentativa de golpe serviu para que todo o país tomasse consciência da magnitude da crise política que ameaçava acabar com o modelo de democracia representativa instituída em 1958. À medida que a crise tornava-se mais evidente, algumas pessoas começaram a considerar que a única maneira de salvar aquela democracia era conseguir que Carlos Andrés Pérez abandonasse a presidência. Em 20 de maio a Corte, por maioria dos votos, declarava precedente o pedido e no dia seguinte o Senado, por unanimidade (com voto afirmativo inclusive da AD, partido do presidente) autorizou o julgamento, que garantia o afastamento do Presidente. (HITNER, 2011, p. 97)

Em maio de 1993, Perez foi afastado da presidência devido às acusações de corrupção. Logo em seguida, dezembro de 1993, Rafael Caldera<sup>2</sup> (1994 – 1998) foi eleito presidente da Venezuela.

O governo Caldera assumiu o país numa situação de extrema dificuldade deixada pelo ex-presidente, tais como: déficit em conta corrente, queda da exportação do setor petrolífero, elevação das importações e das taxas de inflação.

Para superar ou tentar estabilizar a situação econômica do país, Rafael Caldera lançou o Programa de Estabilização que pretendia restabelecer a economia, fortalecer a produção interna e melhorar a qualidade de vida da população, já que a desigualdade vinha crescendo durante os governos anteriores.

Em setembro de 1994, a CORDIPLAN publicou o Programa de estabilização e recuperação econômica, que tinha três objetivos fundamentais: a) restabelecer os equilíbrios macroeconômicos; b) fortalecer o aparato produtivo interno; c) melhorar a qualidade de vida da população. No que se refere ao último objetivo, o documento formulou uma estratégia, na qual assumiu o compromisso de solidariedade social como base do programa de estabilização e recuperação econômica (Vieira, 2004, p. 140-141). Especificamente, o programa visava a: a) reduzir a inflação; b) fortalecer o setor externo da economia; c) desenvolver as atividades não petrolíferas e d) diminuir o desemprego e a pobreza (SOUZA, 2008, p. 102) apud (González, 1997, p. 187),

O programa de estabilização e recuperação econômica não alcançou os resultados esperados pelo governo, já que a situação econômica e social do país continuou em decadência, com elevação das taxas de inflação e aumento do desemprego e da pobreza.

Neste momento crítico, Rafael Caldera adotou um novo plano econômico neoliberal junto ao FMI com o intuito de solucionar os problemas das taxas de inflação, desemprego e da pobreza, retomando o crescimento da economia e gerando novos empregos.

Este plano econômico ficou conhecido como *Agenda Venezuela*, que era

---

<sup>2</sup> O presidente Rafael Caldera (1969-1974 e 1994-1999) assumiu em 1994 onde enfrentou uma crise bancária que obrigou o país a gastar grande parte de suas divisas e adotou um programa econômico recessivo, levando o país a uma redução no crescimento e uma elevação do desemprego e da pobreza.

constituída por uma política integral que buscava a estabilização e crescimento econômico.

Segundo Souza (2008, P. 102), este plano era composto pelos seguintes objetivos: reduzir o déficit fiscal, utilizar os recursos com mais eficiência, estimular a poupança e o investimento, diminuir o consumo interno, incentivar o investimento estrangeiro, reprogramar a dívida externa, reduzir a oferta monetária, aumentar a produção nacional e elevar a taxa de crescimento do produto.

Rafael Caldera não conseguiu encerrar seu governo com índices positivos.

Em seu último ano de governo o preço do barril do petróleo atingiu seu preço mais baixo, em nível internacional, desde 1974.

Com o preço do petróleo muito baixo o país apresentou um número de pobreza elevado, aumentando, principalmente, os números de pobres em situação precária.

O ultimo ano do governo Caldera teve como um de seus principais fatos para a economia venezuelana o preço do petróleo, que fechou o ano a US\$ 10,57 por barril. Tratava-se do preço real do petróleo no mercado internacional mais baixo desde 1974. A consequência foi que, apesar dos esforços do Executivo Nacional, era impossível evitar o reflexo disso nas contas nacionais. Foram adotadas medidas de redução do gasto corrente, do gasto em investimento e, por parte da PDVSA, o gasto em exploração se manteve o mesmo desde o início do ano de 1998. Essas medidas não foram, entretanto, suficientes para conter a crise. A pobreza foi acentuada, aumentando, principalmente o número de pobres em situação crítica. (HITNER, 2011, p. 108).

Vejamos alguns dados referentes à pobreza e desigualdade social no país entre 1982 – 1997, a partir da Tabela 5, que segue abaixo:

**TABELA 5 - Pobreza na Venezuela (1982-1997)**

	1982	1988	1990	1992	1995	1997
Pobreza total (%)	26,4	42,5	57,7	53,1	66,7	62,5
Pobreza não crítica(%)	20,9	31,7	39,8	37,4	41,4	35,2
Pobreza crítica	5,4	10,8	17,8	16,1	25,3	27,3

**FONTE:** HITNER (2011, p. 108) *apud* CISOR, *Procesamiento de la encuesta de hogares (OCEI) para IIES-UCAB, Julio 1998* *apud* BATTAGLINI, 2011, p. 196

Percebe-se pela tabela acima que a pobreza aumentou consideravelmente ao longo dos anos noventa, consequência do desemprego provocado pela crescente redução do preço do petróleo nesta década. Assim, pode-se verificar que a situação social ao final do governo de Rafael Caldera era crítica com necessidade de soluções urgentes para melhorar os índices de desemprego e pobreza no país.

As taxas de crescimento do PIB durante o governo de Caldera não foram satisfatórias, dando origem aos valores negativos referentes à pobreza e a desigualdade social instaurada na Venezuela. Devido, principalmente, à queda dos salários e o aumento do desemprego.

O plano *Agenda Venezuela* lançado pelo governo de Caldera em 1996 não foi suficiente para recuperação da economia conforme esperado, pois o PIB do país continuou decrescendo até o final de mandato. Como podemos verificar na tabela 6, abaixo:

**TABELA 6 – Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1994 / 1999.**

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB per capita (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB per capita
1994	545.087	26.076	- 2,3	- 4,5
1995	566.627	26.525	4,0	1,7
1996	565.506	25.911	- 0,2	-2,3
1997	601.534	27.003	6,4	4,2
1998	602.119	26.494	0,1	- 1,9
1999	565.888	24.399	- 6,0	- 7,9

**FONTE:** SOUZA (2008, P. 103) *apud* Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830 – 2002*, *apud* Baptista, 2005, p.78 – 80.

Desde os primeiros poços de petróleo descobertos na Venezuela, o país iniciou a exportação do petróleo e o movimento que levou à sua dependência do produto.

Os dados da tabela 6 (acima) revelam que a situação econômica do país passava por uma situação muito crítica nos anos noventa, já que a quantidade



de recursos vindas da principal fonte de renda do país, o petróleo, não estava sendo suficiente para atender às necessidades e demandas da população.

A cada redução no preço do petróleo a renda a ser dividida entre os setores mais próximos ao governo e à PDVSA se reduzia de maneira semelhante.

A maior prejudicada neste cenário foi a população que demonstrou toda a sua revolta na eleição seguinte.

A crise econômica e social instaurada na Venezuela proporcionou uma grande surpresa na eleição de 1998.

Desacreditava nos candidatos vinculados à tradição neoliberal, o povo venezuelano decidiu apostar em um rosto novo: O Tenente Coronel Hugo Chávez Frias, nacional-progressista, contrário ao governo existente, que, em sua campanha eleitoral prometeu a nacionalização da atividade petrolífera, através do controle completo da PDVSA e a construção de uma nova república.

O fato de Hugo Chávez ser eleito demonstra o fracasso do modelo adotado desde 1958. Mas, nem a Venezuela, a América Latina ou os países desenvolvidos, poderiam imaginar que o então militar desconhecido se transformaria em uma das figuras políticas mais controversas e populares da América.

Hugo Chávez e sua polêmica forma de governo serão os temas de abordagem do próximo capítulo.

# **CAPÍTULO 2**

## Capítulo 2: CHÁVEZ - O INÍCIO DO MITO

Hugo Rafael Chávez Frias nasceu em 28 de julho de 1954, na cidade de Sabaneta. Era o segundo dos seis filhos do casal de professores primários de Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías, tendo sido criado por sua avó.

Engressou na carreira militar aos 17 anos, quando ingressou na Academia Militar da Venezuela, momento em que, segundo Vasconcellos (2009, p. 17), Chávez já demonstrava que possuía um forte espírito de liderança.

No longínquo ano de 1977 (Chávez) articulou uma organização, em conjunto com outros jovens oficiais, chamada de Exército da Libertação do Povo da Venezuela (ELPV), que almejava uma revolução armada. (VASCONCELLOS, 2009, p. 17)

O autor complementa que estas ideias revolucionárias foram amadurecendo com o passar dos anos e “junto com seu companheiro, Jesús Urdaneta (Chávez) criou uma célula política dentro do exército (...) o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, ou simplesmente MBR200”. (VASCONCELLOS, 2009, p.17).

Vasconcellos (2009, p.17), revela que a influência de Hugo Chávez era tão grande que, seus superiores, optaram pela transferência do mesmo – no ano de 1986 – para uma área mais distante, na fronteira com a Colômbia, “para que seu radicalismo não se espalhasse pela corporação”.

Foi mantido por lá durante dois anos, até ter sido remanejado de volta para a capital, sendo designado Assessor do Conselho de Segurança Nacional, em um período que o governo Lusinchi enfrentava escândalos de corrupção. (VASCONCELLOS, 2009, p.17)

Mil novecentos e oitenta e nove foi um ano marcante para o povo venezuelano, que foi às ruas manifestar o seu descontentamento com o governo. Foram vários episódios de manifestações violentas que alcançaram o auge no *Caracazo*<sup>3</sup> ocorrido em 27 de fevereiro, na capital, Caracas.

---

<sup>3</sup> O “Caracazo” (em [espanhol](#), *Caracazo*) foi uma explosão social espontânea, de grandes

Segundo Vasconcellos (2009, p.17), os militares contrários ao governo foram surpreendidos pela manifestação popular, motivo pelo qual “ não tiveram tempo de tomar proveito da situação e organizar uma rebelião armada contra o governo, sendo obrigados a reprimir a sublevação popular”.

O autor explica que Chávez não esteve presente neste acontecimento:

Chávez se encontrava enfermo e por essa razão não participou da intervenção militar. No mesmo ano, Chávez e seus colegas foram acusados de conspirar contra a democracia, fato que foi desmentido posteriormente. Como nada foi provado, decidiram transferir a maioria destes oficiais para o interior, e Chávez, aproveitando-se desta ocasião, pediu licença para cursar Mestrado em Ciência Política. Já sob o posto de tenente-coronel, ele iniciou, de maneira sigilosa, uma aproximação com pequenos partidos e organizações trabalhistas. (VASCONCELLOS, 2009, p.17)

Apesar de sua dedicação e participação no campo da política, o nome de Hugo Chávez passou a ser conhecido pelo povo venezuelano apenas no ano de 1992.

Em quatro de fevereiro de 1992, cinco unidades do exército, lideradas por Hugo Chávez, partiram em direção à Caracas a fim de consumar a tão sonhada revolução. No entanto, as autoridades venezuelanas já estavam avisadas sobre um possível ataque golpista e obstruíram as forças opositoras. Percebendo que tinha sido traído, Chávez se rendeu, apelando na televisão para que os focos ainda resistentes se entregassem pacificamente. (VASCONCELLOS, 2009, p.18)

Vasconcellos (2009) afirma que o discurso proferido ao vivo, em cadeia nacional, lhe rendeu uma grande notoriedade, uma vez que voltou para si a responsabilidade da ação que havia fracassado.

Sua participação no golpe mal sucedido rendeu a Chávez alguns anos na prisão. Vasconcellos (2009) narra que o então tenente-coronel passou dois anos na cadeia, apesar de ter sido condenado com uma pena alta.

Segundo Vasconcellos (2009), Chávez não ficou parado em seu tempo de encarcerado. “Durante sua estada na prisão, deu continuidade à sua missão revolucionária, recebendo visitas de diversos políticos, além de

---

proporções, ocorrida em [Caracas](#), na [Venezuela](#), no dia [27 de fevereiro](#) de [1989](#), em repúdio ao pacote de medidas econômicas [neoliberais](#) imposto pelo governo de [Carlos Andrés Pérez](#). Assim denominado por ter tido a capital, [Caracas](#), como [epicentro](#), o "Caracaço" foi o mais notório entre outros acontecimentos semelhantes que tiveram lugar em vários outros [estados do país](#). Fonte: Wikipédia. Acesso em abril de 2015.

conceder entrevistas aos meios de comunicação”. (VASCONCELLOS, 2009, p.18)

Após deixar a prisão, Hugo Chávez, continuou fazendo política, iniciando a campanha do movimento bolivariano no interior do país, uma vez que tinha “consciência do repúdio da opinião pública quanto ao levante armado”. (VASCONCELLOS, 2009, p.18)

A princípio, a ideia de concorrer à presidência era rejeitada, pois um sistema tão corrupto inviabilizaria sua governabilidade. Contudo, dada a grande aceitação popular em torno da sua figura, refez seu pensamento, defendendo uma modificação institucional de “dentro para fora”, a partir do fechamento do congresso e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Em 1997, tornou público o desejo de participar das eleições do ano seguinte, reportando-se ao escrutínio como uma luta entre o bem e o mal: de um lado estaria o Polo Patriótico, encabeçado por ele, representando uma alternativa aos velhos partidos, e do outro, o Polo da Destruição Nacional, que seria a representação das “forças do mal”. (VASCONCELLOS, 2009, p.18)

Em 1997, Chávez fundou o Movimento Quinta República (MVR) e, em seis de dezembro de 1998 se tornou o 56º presidente venezuelano, vencendo as eleições com 56% dos votos.

O tópico sequencial vai fazer a abordagem política do governo Chávez, com suas revoluções, contradições e reviravoltas dignas de um folhetim, com toda a dramaticidade e peculiaridade latino-americana.

## **2.1 CHÁVEZ NO PODER: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LÍDER VENEZUELANO**

No dia dois de fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu o cargo de Presidente da Venezuela, tendo, já no início, esbarrado e contornado algumas dificuldades.

Segundo Barros (2006):

Chávez assume (a presidência) respaldado por um voto de repúdio ao período anterior, porém, sem um projeto claro ou com forças políticas que sustentassem qualquer medida radical do Executivo: sequer tinha maioria no parlamento. Caso enfrentasse uma ameaça de crise econômica, poderia ser obrigado a manter a agenda dos 90, como ocorreu com Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera. (BARROS, 2006,

p.218)

O autor ainda explica que as únicas alternativas para Chávez se manter fortalecido no poder eram: “manter a estabilização econômica e recuperar, em alguma medida, os preços internacionais do petróleo”. (BARROS, 2006, p.218).

Baruco (2011) concorda que, no início de seu governo, Hugo Chávez, encontrou um cenário bastante problemático.

Para além dos desastres das políticas implementadas nos anos 1980 e 1990, cujos resultados se faziam sentir naquele momento – principalmente na área social – o primeiro governo Chávez havia iniciado seu mandato em meio a uma severa crise herdada de seu antecessor, o cenário era de defasagem no preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, de grande hostilidade do capital privado nacional e internacional ao novo governo (...) e também de grande aversão ao projeto, por parte da grande mídia, o que, em conjunto, dificultou o avanço do conjunto de medidas pensado para o país. (BARUCO, 2011, p.194)

O “conjunto de medidas” (também citado acima) pensadas para a salvação da Venezuela foi explicitado no Programa Econômico de Transição 1999-2000.

Segundo Barros (2006, p.218), o Programa Econômico de Transição 1999-2000 foi uma reafirmação “da máxima chavista do discurso de posse: tanto mercado quanto seja possível, tanto Estado quanto seja necessário”.

Concebeu-se o Estado como protetor do interesse geral da população e, por isso, cabia a ele promover às atividades econômicas privadas e regular a intervenção dos agentes econômicos para evitar condições de concorrência desleal. Além disso, cabia ao Estado estimular e favorecer a acumulação do capital físico e humano do país, não só através de políticas de estímulo ao investimento nacional e estrangeiro, mas criando as regras do jogo que garantam a segurança jurídica dos capitais que assumam o risco de incorporar-se a esse esforço de transformação econômica. (BARROS, 2006, p.218)

No entanto, o programa econômico não foi a única “revolução” promovida pelo governo Chávez. Segundo Vasconcellos (2009, p.19), mesmo sendo empossado pela Constituição de 1961, “ele (Hugo Chávez) se negou a jurar respeito sobre ela”.

Imediatamente após tomar posse como presidente, Hugo Chávez arregaçou as mangas para colocar em prática o desejo de criar uma nova Constituição, através do referendo popular de 1999.

(...) uma pequena fatia do eleitorado foi às urnas (apenas 37,6%), ratificando a proposta de Chávez com 88% dos votos. Após o resultado do plebiscito, quase metade dos senadores pertencentes à aliança de Chávez (Polo Patriótico) renunciaram às suas cadeiras no Congresso para se candidatar à Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Essa manobra, ao mesmo tempo em que fortalecia a oposição dentro do legislativo, esvaziava a legitimidade da instituição. Após a numerosa promoção de militares, às indisposições se agravaram. Ao todo, 262 militares foram promovidos, sendo que 52 foram alçados ao cargo de general. Perplexa diante de tais acontecimentos, a comissão de defesa do Senado – de maioria oposicionista – repudiou tal iniciativa, afirmando que não aceitaria a promoção daqueles oficiais que já tivessem estourado o limite de idade estabelecido nas regras militares. (VASCONCELLOS, 2009, p.19)

Em sua tese de doutorado, “A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica.”, publicada em 2011, Grasiela Cristina da Cunha Baruco descreveu algumas das principais mudanças estabelecidas pela Constituição de 1999, baseada nas páginas 254 e 255 da obra: *Economia venezolana (1989-2008). La lucha por el petroleo e la emancipación*, de L.W. Severo, publicada em 2009.

(...) (i) a alteração do nome do país, que passou a se chamar *Republica Bolivariana de Venezuela*; (ii) o senado foi eliminado e foi criado uma *Asamblea Nacional* unicameral; (iii) *establecimiento* de novas regras para a sucessão dos titulares do *Consejo Nacional Electoral* (CNE) do *Tribunal Supremo de Justicia*, da *Promotoria Pública*, *Tesorería Fiscal*, *Corte Suprema* e também novos processos de seleção e eleição para juiz do *Tribunal Superior de Justicia*; (iv) o *Ministério Público*, *Controladoria General de la República* e *Defensoría del Pueblo* passaram a imcumbir-se da fiscalização pública (...). (BARUCO, 2009, p. 196)

Além dos fatores citados acima, a Constituição de 1999 aumentou o período do mandato presidencial para seis anos; deu ao Estado o controle total das ações da PDSVA; diminuiu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais e ainda mencionou a possibilidade da adoção de uma moeda comum na América Latina e Caribe, entre outros. (BARUCO, 2009, p. 196-197)

Segundo Vasconcellos (2009, p.20): “44% dos cidadãos aptos a votar compareceram às urnas, sendo que a grande maioria do eleitorado (71,8%) acabou optando pela aprovação no novo texto constitucional”.

Devido a reforma da constituinte, foi realizada uma nova eleição presidencial, em 30 de julho de 2000, que Chávez venceu com 59.76% dos votos.

A Tabela 7, abaixo, traz os números da eleição presidencial venezuelana do ano 2000.

**TABELA 7: Eleição presidencial de 2000**

Candidato	Partidos Políticos	Votos Válidos	%
<b>Hugo Chávez Frias</b>	MVR	3.025.224	48,11
	MAS	547.192	8,70
	PCV	57.118	0,91
	SI	44.074	0,70
	IPCN	29.676	0,47
	AA	15.189	0,24
	MEP	14.045	0,22
	GE	13.491	0,21
	NRD	11.764	0,19
	PPT	0	0,00
	<b>Total</b>	<b>3.757.773</b>	<b>59,76</b>
<b>Francisco Arias Cárdenas</b>	LCR	1.191.379	18,95
	MIN	67.094	1,07
	BR	16.582	0,26
	IZQUIERDA	148.120	2,36
	MDD	64.055	1,02
	FJAC	872.299	13,87
	<b>Total</b>	<b>2.359.459</b>	<b>37,52</b>
<b>Claudio Fermin</b>	ENCUENTRO	171.346	2,72
<b>Total de votos válidos</b>		<b>6.288.578</b>	<b>100,00</b>
<b>Total de Votos Nulos</b>		<b>348.698</b>	<b>5,28</b>
<b>Total de Votos Apurados</b>		<b>6.600.196</b>	<b>100,00</b>
<b>Abstenção</b>		<b>5.120.464</b>	<b>43,69</b>



População Eleitoral		11.720.660	
---------------------	--	------------	--

**FONTE: BARUCO (2011, p.282). A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica, *Apud* Consejo Supremo**

**Electoral. Disponível em: (www.cne.gov.ve) Acesso em: 16 fev 2009.**

Vasconcellos (2009, p.20) que, desta vez, o Polo Patriótico de Chávez conseguiu o “domínio” na Assembleia Nacional, conquistando 96 das 165 cadeiras.

Baruco (2011, p.197) explica que a maioria chavista na Assembleia Nacional provocou um “rechaço” nos partidos mais tradicionais que, juntos, somaram apenas 21,4 % do total de votos. A autora ainda chama a atenção para a importância da participação popular nas decisões do governo Chávez: “entre novembro de 1998 e outubro de 2000, os venezuelanos foram às urnas sete vezes”. (2011, p.197)

Como se a criação de uma nova Constituição já não fosse suficiente para a implantação da “revolução bolivariana”, em novembro de 2001, ocorreu a promulgação das 49 Leis Habilitantes (de caráter econômico e social)– embasadas em uma lei que autorizava o presidente da República a “promulgar decretos com força de lei e em caráter emergencial”. (BARUCO, 2011, p.198)

Para Baruco (2011, p.198), através destas leis foi possível “avançar de forma decisiva na consolidação das reformas associadas ao projeto de transformações proposto para o país”.

Entre as leis promulgadas, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário foi a que gerou maior controvérsia. Segundo Baruco (2011):

No caso da Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, o aspecto que produziu maiores controvérsias foi o da classificação das mesmas em: *finca ociosa o inculta*, *finca mejorable* e *finca productiva*. No caso das primeiras, se estabeleceu um imposto e a possibilidade de serem expropriada. Para as segundas, foram fixados termos e tempo para que fossem convertidas em plenamente produtivas. Por fim, as terras classificadas como produtivas não poderiam ser afetadas no que diz respeito ao direito de propriedades. (BARUCO, 2011, p.199)

Segundo a autora, a referida lei foi criada com o objetivo de

desenvolver um sistema agrário sustentável e proporcionar uma segurança alimentar para o país. No entanto, seu caráter intervencionista na propriedade privada “provocou fortes manifestações contrárias a ela, principalmente dos setores ligados ao latifúndio (...). Em algumas regiões do país, esses descontentamentos deram lugar, inclusive, a comportamentos violentos e criminosos”. (BARUCO, 2011, p.199)

Vasconcellos (2009 p. 21) afirma que a adoção desta nova plataforma de governo “selou o fim da convivência harmonica com as classes dominantes (...) que se sentiram prejudicados nos seus interesses”.

A partir da promulgação as 49 Leis, o governo Chávez passou a ser perseguido pela grande mídia e pelas grandes instituições conservadoras do país. Porém, segundo Baruco (2011) a pressão interna não foi o único fator dominante para o golpe de 2002.

(...) o endurecimento da política externa norte americana foi ao encontro das aspirações da oposição venezuelana, mas, de certo modo, também a desesperou, dado que era preciso atuar imediatamente com a finalidade de aproveitar o clima de histeria fomentado pelos Estados Unidos. (...) Em Caracas, foram ostensivas as visitas de militares contrários ao governo à embaixada dos Estados Unidos. (BARUCO, 2011, p.201)

No dia 11 de abril de 2002, uma rede aliada composta por militares contrários ao governo e grandes latifundiários, com apoio massivo dos meios de comunicação, pratica o golpe de Estado que tiraria Hugo Chávez do poder.

Baruco (2011) faz uma descrição dos acontecimentos que marcaram o fatídico dia:

(...) a mando da oposição, francoatiradores posicionados em diversos pontos da capital, Caracas, dispararam contra manifestantes que marchavam tanto em apoio como contra o governo (dezesesseis pessoas foram mortas). A grande mídia “*cumpliendo su función en un show ingeniado muchas semanas antes, distorsionaran los hechos y acusaran al gobierno por los asesinatos*”. (...) Após o golpe, numa “*cerimonia sombría en el Palacio de Miraflores, Pedro Carmona<sup>4</sup>, se autoproclamó presidente de Venezuela*”. (BARUCO, 2011, p.202)

<sup>4</sup> **Pedro Francisco Carmona Estanga** ([Barquisimeto, 06 de julho de 1941](#)) é um político, economista e empresário venezuelano. Foi presidente da patronal [Fedecámaras](#), e assumiu a presidência da Venezuela por cerca de dois dias após um [golpe de Estado em 11 de abril de 2002](#), em que derrubou o presidente eleito do país [Hugo Chávez](#). Fonte: Wikipédia. Acesso em abril de 2015.

Após o golpe, a assembleia foi dissolvida e Hugo Chávez aprisionado na ilha La Orchila. No entanto, “informados que o tenente coronel havia sido vítima de um golpe (partidários chavistas) cercaram o palácio presidencial, exigindo a volta de seu antigo comandante.” (VASCONCELLOS, 2009, p.21)

Baruco (2011, p.203) explica que estas manifestações populares a favor do retorno de Hugo Chávez “tomaram conta do país após o golpe (...). Com isso, em menos de 48 horas após ser consumado, o golpe de Estado 2002 foi derrotado e Chávez voltou à presidência”.

Após reassumir seu cargo, Chávez tomou medidas ríspidas contra os militares que participaram do golpe (mandando-os para a reserva) e com diretores da PDVSA que também participaram do ato (exonerando-os de seus cargos). Já a mídia, foi tratada de forma mais comedida. (BARUCO, 2011, p. 204-204)

Mesmo fortalecido popularmente na sua volta ao poder, Chávez enfrentou sérios problemas de percurso (como uma grave crise econômica), principalmente no que se refere aos preços do petróleo e à PDVSA – que elucidaremos posteriormente neste trabalho.

Apesar da derrota sofrida em seu golpe de Estado relâmpago, a oposição não desistiu de tirar Hugo Chávez do poder e, segundo Vasconcellos (2009, p.25), e organizou uma mobilização nacional com o objetivo de recolher assinaturas suficientes para a realização de um referendo popular para tentar destituir o atual presidente de seu cargo.

Em dezembro de 2003, após ferrenha campanha, a oposição saiu, literalmente, às ruas a fim de recolher assinaturas em todos os cantos do país. Em um período de quatro dias, mesas foram montadas nas calçadas para que a população aderisse ao processo, gerando uma atmosfera de orgulho cívico. Ao final dos trabalhos, 3,477,000 assinaturas foram coletadas, suficientes para a efetivação do referendo. (VASCONCELLOS, 2009, p.25)

De início, os governistas não aceitaram a realização do referendo, alegando que haveria fraudes no processo de recolhimento das assinaturas. Mas, após várias discussões, governistas e opositores entraram em acordo, permitindo que o pleito fosse realizado. (VASCONCELLOS, 2009, p. 25-26)

Para surpresa de muitos, Chávez acatou pacificamente a decisão, argumentando que ele próprio tinha instituído esta cláusula na Constituição. Na verdade, o ex-tenente-coronel sabia que seu governo havia se fortalecido naquele ano, impulsionado pela recuperação econômica. Ele alocou grande parte do orçamento estatal em seus programas populares, as missões, e iniciou uma grande campanha para naturalizar imigrantes e registrar indivíduos que não possuíam carteira de identidade – na expectativa de que estes cidadãos votassem a favor da permanência do governo. Essa inclusão social, promovida às vésperas do referendo, resultou em um aumento expressivo no número de eleitores, passando de doze para quatorze milhões. (VASCONCELLOS, 2009, p.26)

Estratégias que, explicitamente, deram resultado. O referendo foi realizado no dia 15 de agosto de 2004 e 59% da população votou a favor da permanência de Hugo Chávez no poder até as próximas eleições, que seriam realizadas em 2006.

Segundo Vasconcellos (2009, p.26) a oposição ficou inconformada com a derrota e fez acusações públicas dizendo que houve fraudes no referendo popular, situação que não foi confirmada pelos analistas internacionais que acompanharam pleito.

Vasconcellos (2009, p.26) explica que, nesta época, a oposição passava por um momento de debilidade, frente à população venezuelana, devido, principalmente “à ausência de propostas e falta de renovação dos dirigentes (...) a consequência dessa desarticulação se refletiu já na eleição para governos e municípios – ocorridas em outubro de 2004 – quando as forças opositoras perderam espaço político.”

O governo chavista, ao contrário, vivia um processo de popularidade, credibilidade junto à população e crescimento. Baruco (2011, p.208) afirma que “com uma taxa de abstenção muito baixa, o resultado do referendo, bastante favorável ao governo, permitiu que as transformações propostas para o país fossem aprofundadas como, por exemplo, o avanço das missões sociais”.

A tabela 8 demonstra como a liberdade de execução das medidas propostas pelo governo foram benéficas para o país em um curto prazo de tempo. “O gasto público como porcentagem do PIB saltou de 16,7% em 2003 para 18,1% em 2004 e o gasto social como porcentagem do gasto público total avançou de 53,3% para 61,4%, no mesmo período.” (BARUCO, 2011, p.208)

**TABELA 8: Gasto público como % do PIB**

<b>Gastos Públicos como % do PIB</b>								
<b>Ano</b>	<b>Gasto Social</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	<b>Habitação</b>	<b>Seguridade Social</b>	<b>Desenvolvimento Social</b>	<b>Cultura e Comunicação Social</b>	<b>Ciência e Tecnologia</b>
1999	12,8	4,9	2,5	1,6	2,3	1,1	0,2	0,1
2000	14,9	5,4	2,6	2,6	2,7	1,1	0,3	0,2
2001	16,7	5,7	3,0	2,4	3,8	1,2	0,2	0,4
2002	16,3	5,7	3,4	2,4	3,2	1,1	0,2	0,3
2003	16,7	5,8	2,5	2,1	4,2	1,6	0,4	0,1
2004	18,1	6,0	3,2	2,5	4,0	1,8	0,3	0,3
2005	17,5	5,7	2,6	3,0	3,8	1,7	0,4	0,3
2006	22,0	6,4	3,7	3,8	4,9	2,5	0,4	0,2
2007	21,7	5,9	4,5	2,9	4,9	2,9	0,4	0,3
2008	19,4	6,3	3,0	2,4	4,7	2,1	0,4	0,3
2009	18,5	6,4	2,5	1,7	4,8	2,3	0,4	0,2
2010	15,4	4,8	2,5	1,4	4,9	1,4	0,3	0,2
<b>Gasto Social como porcentagem do Gasto Público Total</b>								
<b>Ano</b>	<b>Gasto Social</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	<b>Habitação</b>	<b>Seguridade Social</b>	<b>Desenvolvimento Social</b>	<b>Cultura e Comunicação Social</b>	<b>Ciência e Tecnologia</b>
1999	52,1	19,9	10,3	6,6	9,3	4,6	0,8	0,6
2000	50,5	18,2	8,9	8,9	9,1	3,6	1,0	0,8
2001	52,8	18,0	9,4	7,5	12,0	3,9	0,8	1,2
2002	55,4	19,5	11,5	8,1	10,9	3,8	0,7	1,0
2003	53,3	18,6	7,9	6,7	13,4	5,1	1,2	0,4
2004	61,4	20,4	10,8	8,3	13,4	6,2	1,1	1,2
2005	57,8	19,0	8,7	9,9	12,5	5,7	1,2	0,9
2006	55,1	16,0	9,3	9,6	12,4	6,3	1,0	0,6
2007	61,3	16,5	12,6	8,2	13,9	8,1	1,2	0,8
2008	58,9	19,2	9,2	7,4	14,4	6,5	1,3	0,9
2009	64,6	22,5	8,8	6,1	16,8	8,2	1,4	0,8
2010	70,0	21,6	11,3	6,2	22,4	6,3	1,4	0,7
<b>Tipo de Gastos Social como porcentagem do Gasto Social Total</b>								
<b>Ano</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	<b>Habitação</b>	<b>Seguridade Social</b>	<b>Desenvolvimento Social</b>	<b>Cultura e Comunicação Social</b>	<b>Ciência e Tecnologia</b>	
1999	38,1	19,8	12,7	17,8	8,8	1,6	1,2	
2000	36,0	17,6	17,7	18,0	7,1	2,0	1,6	
2001	34,1	17,8	14,3	22,7	7,4	1,5	2,3	
2002	35,2	20,7	14,6	19,6	6,9	1,2	1,8	
2003	34,9	14,9	12,6	25,1	9,6	2,2	0,8	
2004	33,2	17,6	13,5	21,8	10,2	1,8	1,9	
2005	32,8	15,0	17,1	21,5	9,9	2,0	1,6	
2006	29,1	16,9	17,4	22,4	11,4	1,8	1,0	
2007	26,9	20,6	13,4	22,7	13,1	1,9	1,3	
2008	32,6	15,7	12,5	24,4	11,0	2,2	1,6	
2009	34,8	13,6	9,4	26,1	12,7	2,1	1,3	

2010	30,9	16,1	8,9	32,0	9,0	2,0	1,0
------	------	------	-----	------	-----	-----	-----

**FONTE: BARUCO (2011, p.241). A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica.**

O crescimento da economia e o alto investimento nos programas sociais foram alguns dos fatores que levaram Chávez a uma nova vitória nas urnas, nas eleições presidenciais de 2006 – onde derrotou Manuel Rosales, com quase 63% dos votos válidos.

A tabela abaixo traz os números da eleição presidencial de 2006.

**TABELA 9: Resultados das eleições presidenciais de 2006**

Candidato	Partidos Políticos	Votos Válidos	%
<b>Hugo Chávez Frías</b>	MVR	4.845.480	41,66
	PODEMOS	759.825	6,53
	PPT	597.461	5,13
	PCV	342.277	2,94
	MEP	94.705	0,81
	MIGATO	88.307	0,75
	UPV	79.929	0,68
	CMR	69.264	0,59
	TUP AMARO	69.239	0,59
	LS	58.330.00	0,50
	MDD	41.357	0,35
	GE	30.154	0,25
	UNION	29.614	0,25
	MCM	29.428	0,25
	PROVEN	27.427	0,23
	UPC	22.473	0,19
	MCGN	21.875	0,18
	FACOBIA	19.643	0,16
	IPCN	18.165	0,15
	ONDA	16.046	0,13
<b>Manuel Rosades</b>	MNI	13.539	0,11
	PODER LABORAL	12.612	0,10
	CRV	11.444	0,09
	REDES	9.233	0,07
	VTV	1.300	0,01
	<b>Total</b>	<b>7.309.080</b>	<b>62,84</b>
	UNTC	1.555.362	13,37
	MPI	1.299.545	11,17
	COPEI	261.515	2,24
	MIN UNIDAD	99.170	0,85
	VDP	86.958	0,74
	URD	84.690	0,72
	MR	74.660	0,64

	MAS	71.600	0,61
	CONVERGENCIA	59.183	0,50
	VISION	46.107	0,39
	ML	40.007	0,34
	USP	36.867	0,31
	FL	35.169	0,30
	RENACE	32.295	0,27
	FP	30.542	0,26
	SI	30.253	0,26
	LA CAUSA R	27.474	0,23
	Outros*	419.920	3,48
	VTV	1.148	0,00
	<b>Total</b>	<b>4.292.466</b>	<b>36,90</b>
<b>Luis Royes</b>	JOVBN	4.807	0,04
<b>Venezuela da Silva</b>	NOS	3.980	0,03
<b>Carmelo Romano Perez</b>	MLPV	3.735	0,08
<b>Outros</b>		16.084	0,09
<b>Total de Votos Válidos</b>		<b>11.630.152</b>	
<b>Total de votos nulos</b>		160.245	1,35
<b>Total de votos apurados</b>		<b>11.790.397</b>	
<b>Abstenção</b>		3.994.380	25,3

Constam da tabela os candidatos que obtiveram 0,03% ou mais dos votos válidos, isto é, 5 candidatos de um total de 14. VTV = Varias Tarjetas Válidas.

**FONTE: BARUCO (2011, p.283). A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica, *Apud* Consejo Supremo Electoral Disponível em: ([www.cne.gov.ve](http://www.cne.gov.ve)) Acesso em: 16 fev. 2009.**

Em 2007, Chávez sofreu a primeira derrota política, após nove anos no poder. A proposta de uma reforma constitucional que, entre outras coisas, estenderia o mandato presidencial de seis para sete anos e tornaria o processo de reeleição ilimitado foi aprovado pelo parlamento, mas rejeitado pela população, em uma votação apertada e com alto índice de abstenção, quase 45%. (VASCONCELLOS, 2009, p. 27)

No entanto a derrota de 2007 se transformou em vitória em 2008.

(...) Chávez não desistiu de seus objetivos e iniciou uma campanha junto ao Congresso para a realização de um novo referendo, mesmo sob protestos dos opositores. Em dezembro de 2008, foi formalizado o pedido de emenda à Constituição e no dia 15 de fevereiro de 2009, ocorreu mais uma consulta popular. Ao contrário do último referendo, a proposta de Chávez foi aprovada com 54,36% dos votos. A Reforma Constitucional estabeleceu a reeleição ilimitada do presidente e dos detentores dos demais cargos públicos na Venezuela, dando margem para Hugo Chávez se perpetuar no poder. (VASCONCELLOS, 2009, p.27-28)

Hugo Chávez permaneceu no poder até 2013, ano de sua morte,

vítima de câncer. Mesmo após sua partida é lembrado como um dos mais emblemáticos e polêmicos líderes da América Latina.

Após conhecer a fundo o caminho político percorrido por Chávez, o próximo tópico vai esmiuçar como o líder bolivariano lidou com as questões econômicas e, principalmente, com a dependência venezuelana em relação ao petróleo.

## **2.2. CHÁVEZ, ECONOMIA E A ETERNA DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO**

Como já foi dito anteriormente no presente trabalho, a Venezuela é um país petroleiro que possui uma intensa relação de dependência com seu principal produto de exportação: o petróleo.

Além desta já conhecida dependência, Senhoras e Neto (2009, p.24) apontam a Venezuela como um país praticante da petrodiplomacia.

Os autores explicam que “um recurso natural torna-se estratégico quando ele é escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento.” Por isso, o petróleo e o gás natural (hidrocarbonetos) “pelo papel ímpar que possuem no capitalismo e por sua distribuição geográfica, foram transformados, em determinados momentos da história mundial, em arma política”. (SENHORAS/NETO, 2009, p.24)

Baseado na descrição acima, Senhoras e Neto (2009, p.24) definem a petrodiplomacia como: “um processo relacional de construção e reconstrução material e simbólica da dinâmica das relações internacionais que permite a determinados países não hegemônicos, com grandes depósitos de hidrocarbonetos, estabelecerem estratégias contra o *status quo* da política internacional ”.

Barros (2006, p.126) afirma que o petróleo sempre foi o principal instrumento de política exterior da Venezuela, porém, seu período de maior uso, foi durante o governo de Hugo Chávez.

A atuação da Venezuela, sob este governo, foi muito além da rearticulação da OPEP. O país formou acordos de cooperação energética com países com os quais mantinha poucas relações como Argélia, Nigéria, China e Rússia; tem trocado petróleo por serviços médicos com Cuba e, cada vez mais, vendido petróleo, geralmente atrelado a outros acordos políticos, a condições muito favoráveis para diversos países caribenhos e latino-americanos. (BARROS, 2006, p.126)



Apesar da ampla utilização da petrodiplomacia, segundo Vasconcellos (2009,p. 22), Hugo Chávez tinha plena ciência da massiva dependência econômica venezuelana em relação ao petróleo. Por isso, adotou medidas com o objetivo de dar mais espaço e importância a outros setores da economia, “dando incentivo a pequenas e médias empresas e protegendo os produtores locais, o líder bolivariano conseguiu diminuir a participação da atividade petroleira no Produto Interno Bruto”.

Objetivo que, segundo Vasconcellos (2009, p. 22) foi alcançado. O autor afirma que o PIB petroleiro da Venezuela passou de 20% no primeiro ano do governo Chávez (1999) para 12% no ano de 2008.

A tabela abaixo ilustra esta realidade em números.

**TABELA 10: Participação petroleira no PIB venezuelano (1999-2008)**

ANO	Setor não petroleiro	Setor Petroleiro	ILP*
1999	71,4%	19,2%	9,4%
2000	71,8%	18,9%	9,3%
2001	72,2%	18,1%	9,7%
2002	74,5%	17,0%	8,5%
2003	74,7%	18,2%	7,1%
2004	73,3%	17,5%	9,2%
2005	74,6%	15,6%	9,8%
2006	75,3%	13,9%	10,8%
2007	76,3%	12,3%	11,4%
2008	76,6%	12,0%	11,4%

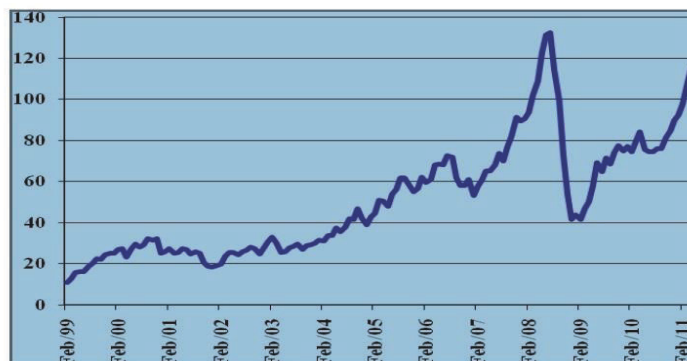
\*Imposto líquido sobre os produtos. Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

**FONTE: VASCONCELLOS (2009, p.22). O governo de Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano.**

Mesmo com sua ampla utilização diplomática e importância no PIB venezuelano, Baruco (2011, p.194) aponta para um momento ruim para a economia venezuelana no início do governo Chávez, especialmente pela queda do preço do petróleo naquela época. No entanto, segundo a autora – utilizando a citação de L.W. Severo (2009, p.297) - “a decisão do governo de restringir as importações primárias e garantir o abastecimento de produtos como alumínio, ferro, aço, madeira, cimento, ureia, metanol, pescados e plástico, aos produtos nacionais como forma de alavancar o desenvolvimento, o que também encolhe a participação relativa das exportações não petroleiras”. (BARUCO, 2011, p. 233)

O gráfico 01 mostra a movimentação do preço do barril do petróleo entre os anos de 1999 e 2011.

**GRÁFICO 01: preço do petróleo entre 1999 e 2011**



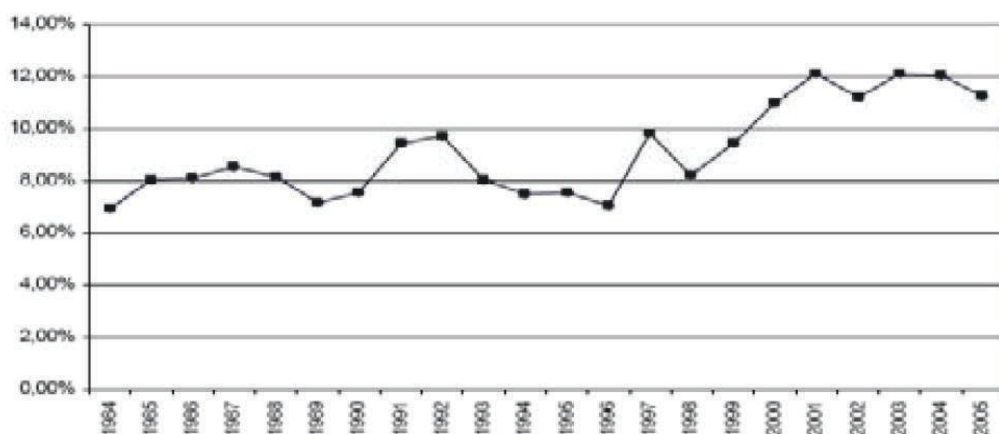
**FONTE: BARUCO (2011, p.234). A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica.**

Apesar de um início conturbado, pela crise no preço do petróleo, segundo Barros (2006, p.221) “os resultados da política econômica nos anos de 1999, 2000 e 2001 foram relativamente satisfatórios”.

O novo governo assumiu o país em retração e o PIB teve queda acumulada de 5% em 1998/99. Nos dois anos seguintes o produto cresceu a taxas médias de 3,5% ao ano. No período foi significativo o aumento dos gastos sociais do governo, os gastos em educação passaram de 3,2% do PIB em 1998 para 3,8 % no ano seguinte , 4,4% em 2000 e 4,7% em 2001. Em saúde, o crescimento também foi contínuo, mas menos expressivo, passou de 1,3% do PIB em 1998 para 1,5% em 2001. Em infraestrutura o gasto público ficou estabilizado em 0,5% do produto. Ou seja, no geral, mesmo dentro de um plano econômico ortodoxo, o governo Hugo Chávez aumentou significativamente os gastos sociais. (BARROS, 2006, p.221)

O gráfico abaixo mostra os números desta evolução nos gastos sociais.

**GRÁFICO 02: Gastos sociais em relação ao PIB ( 1984-2005)**



**BARROS ( 2006, p. 222). Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana.**

Além destes já citados, outros setores também alcançaram índices de crescimento, como: os serviços da dívida pública – de 5,1% em 1998 para 6,1% em 2001; a formalização do emprego – de 46% em 1999 para 50% em 2001; e a arrecadação – de 16,4% em 1998 para 19,8% em 2001.(BARROS, 2006, p. 222)

Voltando ao âmbito do petróleo, deve-se destacar o impacto que a Lei dos Hidrocarbonetos – promulgada em 2001, como parte das polêmicas Leis Habilitantes (já mencionadas neste trabalho) – causou entre os empresários de alto escalão do setor.

Para Baruco (2011, p.200), a nova lei produziu um descontentamento geral porque convertia a estatal (PDVSA) em um “Estado dentro do Estado, num manejo clientelista da renda petroleira”.

Barros (2007, p.124) confirma que a nova Lei dos Hidrocarbonetos fortaleceu o controle do Estado sobre a atividade petroleira no país, por meio do Ministério de Energia e Petróleo.

Utilizando citações do livro: *The new governance of Venezuela Oil*, de Bernanrd Mommer, publicado em 2003, o autor ainda faz outras considerações a respeito deste tema.

O objetivo da lei era reduzir a autonomia da PDVSA em relação ao poder público, o que incluía uma questão chave: a contabilidade das atividades internas e externas da companhia deveria ser feita em separado, o que explicitou que as atividades internas geravam muitos excedentes, enquanto as externas os enormes prejuízos que garantiam a apropriação dos recursos do petróleo por uma casta da burocracia da PDVSA. (BARROS, 2007, p.124)

Mesmo aumentando o controle do Estado sobre a PDVSA, Chávez não conquistou a simpatia de seus altos executivos que, insatisfeitos, tiveram ampla participação no golpe de 2002 – sendo alguns exonerados de seus cargos – (fato já mencionado neste trabalho) e em outras “dores de cabeça” que o presidente teve após retomar o seu posto, o *paro* e a sabotagem de petroleiros, com início em três de dezembro de 2002.

O *paro* e a sabotagem de petroleiros foram levados à diante mediante a destruição de estruturas físicas de plantas e refinarias de petróleo, o sequestro de embarcações petroleiras, a suspensão das exportações e explosão de oleodutos. No entanto, ainda que a oposição tenha

pensado que a retirada do trabalho de cerca de 18 mil gerentes e trabalhadores petroleiros da PDVSA terminaria por derrubar o presidente, “los trabajadores petroleros de base se presentaron masivamente a trabajar y muchos técnicos ya jubilados ofrecieron sus servicios a la empresa”. (BARUCO, 2011, p.204)

Apesar do apoio popular e da abundância de petróleo em seu território, de acordo com Baruco (2011, p.204-205), o paro e a sabotagem de petroleiros ocasionou o “primeiro racionamento de combustíveis da história da Venezuela”, obrigando o país a exportar petróleo, além de promover uma retração no crescimento, uma vez que o PIB caiu para -8,9% em 2002, chegando a -26, 7% em 2003, tendo retrações seguidas por três semestres consecutivos.

Segundo Barros (2007, p.125) após a greve, Chávez tomou medidas drásticas e iniciou uma reforma na PDVSA, substituindo toda a direção e demitindo mais 17 mil funcionários, sob acusação de traição à pátria.

O autor ainda acrescenta que “a grande ameaça do antigo grupo gestor, de que não haveria pessoal qualificado fora da empresa para manter o alto nível de produção se mostrou improcedente com a rápida recuperação da empresa. Em pouco tempo, o nível de produção já se igualava ao de 2001” (BARROS, 2007, p.125)

De acordo com Baruco (2011, p.208) a recuperação da economia veio apenas no final de 2003, no quarto trimestre daquele ano, com um crescimento de 8,0%. Para a autora, a retomada do controle total da principal estatal do país – alcançado através da nacionalização da Faixa Petrolífera do Orinoco e a formação de uma nova equipe de direção na empresa – e o controle dos preços do câmbio foram os fatores essenciais que impulsionaram este crescimento.

Após tempos difíceis entre 2002 e 2003, o ano de 2004 representou uma virada de página, com um crescimento econômico de 18,3%.

Segundo Barros (2006, p.229) um dos principais fatores que levaram ao crescimento econômico venezuelano a partir de 2004 foi o controle de capitais, quando “o governo limitou, de maneira bem restritiva, as remessas para o exterior e impôs cota de importação limitada e UU\$ 1000 por pessoa física, além de proibir o comércio de moeda estrangeira no país”.

O autor complementa explicando que:

A taxa de câmbio passou a ser fixa e corrigida anualmente. Essas medidas, somadas à subida do preço do petróleo fizeram as reservas cambiais aumentarem em uma velocidade jamais vista: depois de mais que dobrar, chegou a UU\$ 31,05 bilhões em 2005. Dadas estas condições muito mais favoráveis foi possível ao governo mudar a legislação do Banco Central, o que possibilitou o uso de parte das reservas em programas sociais do poder executivo. (BARROS, 2006, p.229)

A Tabela 11 mostra como a retomada do crescimento econômico afetou alguns dos indicadores da estabilidade econômica do país, como taxas de desemprego, inflação e PIB.

**TABELA 11: Evolução de Indicadores de Estabilidade Econômica**

ANO	DESEMPREGO	INFLAÇÃO	CRESCIMENTO MÉDIO DO PIB
1989-1993	8,6	45,3	0,26
1994-1998	10,5	59,6	-1,00
1999-2005	14,1	19,7	1,67
1999-2001	13,5	15,2	0,37
2002-2003	16,5	29,2	-8,29
2004-2005	12,7	16,8	13,59

**FONTE: BARROS ( 2007 p.127). Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo, *apud* MAGALLANES(2006) com base nos dados do BCV/INE.**

Segundo Baruco (2001, p.216), apesar de alguns percalços o crescimento econômico venezuelano se manteve estável ao longo dos anos, conseguindo um avanço de 10,1% no ano de 2007 “sem endividar-se ou submeter-se aos designios dos organismos financeiros internacionais”.

A autora acrescenta que entre 2003 e meados de 2009 a Venezuela vivenciou vinte e três semestres consecutivos de crescimento econômico. No entanto:

Como consequência da grave crise econômico-financeira internacional que tem início na economia norte americana e eclodiu em 2008 e, também como resultado dessa, a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais – em função da atuação especulativa dos capitais nos mercados financeiros internacionais, sendo este um dos principais elementos a determinar a formação do preço do petróleo –, a Venezuela apresentaria a partir do segundo trimestre de 2009 um quadro de recessão econômica, que perduraria até o terceiro trimestre de 2010. (BARUCO, 2011, p.218)

Baruco (2011, p.232) relata que o crescimento da economia retornaria já em 2010, passando por 2011, quando economia venezuelana se

viu diante de um patamar um pouco diferente, devido à queda da participação efetiva da atividade petroleira no PIB do país, de 19,2 em 1999 para 12,0 em 2011, tendo alcançado números ainda menores nos anos de 2009 e 2010 – 11,6 e 11,7, respectivamente.

A Tabela 12 mostra estes números mais detalhadamente.

**TABELA 12: PIB por setor de atividade 1997/2011**

	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08*	09*	10*	11**
Atividade Petroleira	18,7	18,7	19,2	18,9	18,1	17,1	18,2	17,5	15,6	13,8	12,4	12,1	11,6	11,7	12,0
Atividade não Petroleira	72,4	72,2	71,4	71,8	72,2	74,5	74,7	73,4	74,6	75,5	75,9	76,2	77,4	77,3	76,7
Mineração	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Bens Manufaturados	17,7	17,4	16,6	16,8	16,9	16,1	16,2	16,7	16,8	16,7	15,9	15,3	14,8	14,5	15,1
Eletricidade e Água	2,0	2,1	2,1	2,2	2,2	2,4	2,6	2,4	2,4	2,3	2,2	2,2	2,4	2,3	2,4
Construção	7,2	7,3	6,4	6,4	7,0	7,1	4,6	4,9	5,3	6,6	7,0	7,4	7,6	7,2	5,3
Comércio e reparações	8,4	8,2	8,3	8,4	8,5	8,1	7,9	8,6	9,4	10,2	10,6	10,4	9,9	9,4	9,6
Transportes e armazenagem	3,7	3,5	3,2	3,4	3,3	3,2	3,2	3,4	3,5	3,5	3,8	3,7	3,5	3,5	3,3
Comunicações	2,3	2,5	2,7	2,7	2,8	3,2	3,3	3,1	3,4	3,9	4,4	5,0	5,8	6,4	7,4
Finanças e seguros	2,4	2,4	2,2	2,1	2,1	1,9	2,3	2,7	3,4	4,4	4,8	4,3	4,3	4,1	4,3
Habitação	9,9	10,0	10,1	9,8	9,8	10,7	10,9	10,2	10,0	9,8	9,9	9,5	9,7	9,8	10,3
Serviços com fins não-lucrativos	4,5	4,5	4,7	4,6	4,5	4,9	5,3	4,9	4,8	5,1	5,2	5,4	5,7	5,8	5,8
Serviços governamentais	10,7	10,6	10,8	10,7	10,6	11,6	13,2	12,4	12,1	11,4	11,1	11,1	11,7	12,2	11,6
Impostos líquidos s/ produção	8,8	9,1	9,4	9,3	9,7	8,4	7,1	9,2	9,8	10,7	11,7	11,7	11,1	11,0	11,3
Outro ***	5,6	5,7	6,1	6,2	6,1	6,6	7,0	6,3	6,4	6,0	6,0	6,0	6,2	6,2	6,0
Menos: Serviços de intermediação financeira medidos indiretamente	2,6	2,6	2,3	2,1	2,2	2,1	2,6	3,1	3,9	5,0	5,5	4,7	4,8	4,5	4,9

\*dados preliminares \*\* dados referentes ao primeiro trimestre de 2011

\*\*\* Inclui: Agricultura, Restaurantes e Hotéis privados, assim como diversas atividades públicas.

**FONTE: BARUCO (2011, p.232). A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica, *Apud* Banco Central da Venezuela. Disponível em ([www.bcb.org.ve](http://www.bcb.org.ve)). Acesso em: 28 de jul. de 2011.**

Baruco (2011, p.232) explica que a queda da participação do petróleo no PIB venezuelano foi motivada especialmente pela manutenção dos níveis de produção de petróleo e pela aplicação dos recursos petroleiros para o desenvolvimento dos setores não petroleiros, como forma de superar esta dependência tão antiga.

Apesar de polêmico e controverso, não há dúvidas que o governo Chávez foi im período de crescimento para a economia e desenvolvimento social para o povo venezuelano – através da redução das taxas de pobreza e crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Após passar por um longo tratamento, na aliada Cuba, Chávez sucumbiu à sua enfermidade e foi declarado morto em cinco de março de 2013, aos 58 anos de idade.

Seu vice-presidente, Nicolás Maduro, assumiu a presidência interinamente em oito de março do mesmo ano, tendo sido eleito em eleições diretas em 14 de abril de 2013.

Carregado do “espírito chavista”, Maduro não parece ter a mesma popularidade de seu antecessor e seu governo tem sido vítima de vários episódios turbulentos.

# CONCLUSÃO



A partir do conteúdo exposto anteriormente neste trabalho, pode-se observar, que nos últimos 26 anos de sua história, a Venezuela adotou regimes político-econômicos bem distintos, tanto nos meios utilizados quanto nos fins objetivados, com o neoliberalismo de Pérez e Caldera e o socialismo (revolução bolivariana) de Chávez.

Wilson Cano (2002, p. 95-96) afirma que “em trabalhos recentes, tendo insistido na impossibilidade de que os países subdesenvolvidos que adotaram o modelo macroeconômico mundial possam ter altas taxas médias de crescimento, de forma persistente.” Realidade que se deve principalmente a um “desequilíbrio estrutural” entre a capacidade e a necessidade de crescimento das economias subdesenvolvidas que adotam o neoliberalismo.

A abertura comercial indiscriminada e a valorização cambial inerente ao modelo fazem com que, quanto mais crescamos, maiores sejam nossos gastos com importações de bens e serviços, que tendem a atingir um ponto de saturação no déficit externo. As fortes entradas de investimento direto (principalmente para privatizações e compras de empresas nacionais privadas), de aplicações nos mercados de valores e de financiamento compensatório, por sua vez, ampliaram os fluxos de remessa de juros e de lucros, aumentando nosso endividamento e as consequentes amortizações. Com isso, aumentamos o déficit em transações correntes, fazendo com que crescessem ainda mais a dívida e o passivo total externo. (CANO, 2002, p.96)

Em sua tese, “A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo?”, Grasiela Baruco (2011, p.174) explica que “a América Latina foi um amplo laboratório para os experimentos neoliberais”.

Cano (2002) ilustra a situação de alguns países latino-americanos que utilizam o modelo neoliberal, que comprova a sua teoria que defende a impossibilidade de crescimento de países subdesenvolvidos através desta política econômica.

Na **Argentina** elas (as taxas anuais do PIB) foram altas em 1991/94 e 1996/97, modesta em 1999 e negativas em 1995 e 1998/2002; no **Brasil**, alta em 1994, modestas em quatro anos e baixas ou negativas em oito; no **México** foram altas em 1990 e 1996/98), modestas em cinco anos e, em outros quatro, baixas ou com violenta recessão; no **Peru** e na **Venezuela**, altas em quatro anos, médias em dois e, nos outros oito, negativas ou baixas; na **Colômbia**, altas em 1993/95, modestas em cinco anos e baixas em cinco. O Chile teve melhor desempenho: nove anos com taxas acima de 5% e quatro com baixas. (CANO, 2002, p.97)

O autor afirma que entre os países analisados, a situação venezuelana torna-se mais crítica devido ao alto grau de dependência da economia do país em relação a um único produto: o petróleo.

Aqui, a renda de todo o setor petrolífero perfaz cerca de 28% do PIB total; a refinação representa cerca de 25% do produto da indústria de transformação; suas exportações representavam mais de 90% do total exportado nos anos 1970, pouco mais de 80% na década seguinte e de 70% a 75% na média 1990/99; sua contribuição para a receita fiscal total do governo central situou-se em torno de 80% até fins da década de 1980, e entre 60% e 70% na de 1990. Por outro lado, embora diretamente perfaça “apenas” 28% do PIB, seu enorme peso no setor externo e na receita fiscal condiciona fração muito maior do que essa na vida nacional, dado o elevado coeficiente de abertura do setor não petrolífero e do impacto do gasto público. (CANO, 2002, p.98)

O modelo macroeconômico neoliberal transformou-se em um imenso fracasso, principalmente durante o governo Pérez. Como já foi mencionado neste trabalho, Rafael Caldera assumiu uma Venezuela já à beira de um colapso econômico (também devido aos preços baixíssimos do petróleo).

A grave crise econômica acabou gerando uma grave crise social, com o aumento da taxa de pobreza e carência nos projetos sociais – como já mencionado neste trabalho. Cenário que contribuiu significativamente para a chegada de Hugo Chávez ao poder.

Se o povo venezuelano desejava mudanças, não poderia ter escolhido melhor personagem. Socialista e bolivariano, Chávez chegou com uma política completamente oposta à aplicada por seus antecessores. Um exemplo desta realidade é como os dois modelos tratam a questão da privatização/estatização das empresas. Se o neoliberalismo pregava a privatização das estatais, o chavismo pregou a estatização das empresas privadas, além de defender o controle, praticamente total, do Estado nas questões econômicas do país.

Outra diferença, que colaborou significativamente para a popularidade de Hugo Chávez, principalmente entre os mais pobres, era a preocupação, do então presidente, com as questões sociais e assistencialistas – através de investimento massivo em políticas sociais – fato pouco comum na economia neoliberal, que é guiada pelas doutrinas capitalistas da produção e

do lucro financeiro.

Apesar do temor de muitos especialistas, que previam uma catástrofe na economia, em seus 14 anos de governo, Hugo Chávez acabou contrariando todas essas previsão – daqueles que o consideravam ultra radical e até mesmo um louco.

Sua revolução bolivariana e seu governo socialista conseguiram alcançar números satisfatórios para a economia venezuelana, ainda “refém” do setor petrolífero.

Apesar da eterna dependência, outros setores da economia, como a mineração e a agricultura (com investimento oriundo da produção petrolífera) conseguiram aumentar a sua participação no PIB do país, algo que seus antecessores neoliberais não conseguiram realizar.

No âmbito social, os investimentos em programas sociais surtiram efeito e houve queda nas taxas de pobreza do país que se transformou (apesar das várias suspeitas de fraude) em uma das nações mais democráticas do mundo, através da realização de referendos e eleições diretas.

# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARROS, Pedro da Silva. **Chávez e petróleo:** uma análise da nova política econômica Venezuelana. Disponível em: [http://www.usp.br/prolam/downloads/2006\\_2\\_7.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_7.pdf). Acesso em abril de 2015.

BARROS, Pedro da Silva. **Governo Chávez e desenvolvimento:** a política econômica em processo. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4620](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4620). Acesso em abril de 2015.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A Venezuela contemporânea:** do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica. Disponível em: [http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR\\_9e4a2e31791a97dd88bd7856da438dec/Details](http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_9e4a2e31791a97dd88bd7856da438dec/Details). Acesso em abril de 2015.

CANO, Wilson. **Venezuela:** limites para uma nova política econômica. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=537&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=537&tp=a) . Acesso em maio de 2015.

HITNER, Verena. **Uma análise do malogro do modelo de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990:** os limites internos da Venezuela. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-103652/pt-br.php>. Acesso em março de 2015.

SENHORAS, Elói Martins; NETO, Ricardo Borges Gama. **Petróleo como arma de poder:** uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais. Disponível em : <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/722>. Acesso em abril de 2015.

SOUZA, Romina Batista de Lucena. O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15360/000680375.pdf?sequence=1>.

Acesso em março de 2015.

VASCONCELLOS, Vinícius Vargas. **O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano.** Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21487>. Acesso em abril de 2015.